

Para empresários não haverá calote na dívida

Da Reportagem Local

Os empresários estão descartando a hipótese de um calote do governo na dívida interna a partir de 15 de março, depois das declarações da futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante entrevista à imprensa na quinta-feira. Além disso, também estão otimistas em relação às medidas de saneamento econômico a serem adotadas, embora tenham encontrado poucas novidades nas afirmações da economista —que foram interpretadas principalmente como uma reafirmação dos princípios do programa de governo apresentado durante a campanha eleitoral. A seguir, algumas dessas opiniões.

Hessel Horácio Cherkassky, presidente da Associação Nacional da Indústria do Papel e Celulose: “Ainda existem pontos de interrogação, mas as declarações mostram que teremos uma continuidade na economia e a adoção de medidas lógicas. Penso, porém, que a desindexação deveria ser definida após a posse, pois falar sobre ela, agora, dá idéia de congelamento. A hipótese de uma prefixação de preços também é provável. Acho viável sua adoção, embora de execução complexa, pois exige a contenção de outros fatores inflacionários que não são fáceis de controlar. Quanto ao overnight, não acredito em um calote, porque o governo não pode perder sua fonte de abastecimento. Ele pode efetuar alterações e restrições, mas dentro de limites que não permitam a dolarização da economia. Já em relação à dívida externa, acho difícil sua renegociação nas bases divulgadas pela futura ministra. Pagar só 5% do PIB é ótimo para nós, mas não sei se os credores aceitarão”.

Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira: “As declarações são a chancela oficial do que conhecemos durante a campanha eleitoral. Foi importante a futura ministra ter dito, mesmo indiretamente, que o governo não pre-



Sergio Quintella é diretor vice-presidente do Grupo Montreal

tende usar nenhum mecanismo contra o overnight. Acho, também, fundamental a desindexação da economia, junto ao saneamento das finanças do Estado —e não junto à prefixação de preços. A medida significa que um indexador oficial deixará de funcionar como seguro contra a inflação, o que significa que a inflação não terá mais sócios e que todos deverão trabalhar contra ela. Acho, também, correta a intenção do governo de manter o poder aquisitivo dos trabalhadores, pois está provado que salário não causa inflação e que seu controle não

conseguiu reduzi-la. Acho, também, que a questão da dívida externa é subproduto da política interna do país. Se obtivermos credibilidade no exterior, encontraremos um ambiente favorável para a renegociação, com redução das remessas e recuperação dos investimentos”.

Sergio Quintella, diretor vice-presidente do Grupo Montreal e coordenador do Movimento de Convergência Democrática: “Os três planos tentados durante o governo Sarney mostram que a pré-condição necessária para



Horácio Cherkassky preside a associação da indústria de papel

baixar a inflação e mantê-la baixa é o controle do governo sobre suas finanças. A entrevista (de Zélia) deixou transparecer que haverá um ajuste forte, com contenção de gastos e aumento da receita via aumento de impostos. Estou otimista quanto à eficácia do plano porque a experiência de Zélia no Plano Cruzado lhe dá know-how para saber quais os erros que foram cometidos. Acho que o ajuste das finanças públicas será da ordem de 6% a 8% do PIB (entre US\$ 18 bi e 20 bi). O processo de desindexação, pelo que se viu na entrevista, será um segundo momento do plano. As

negativas quanto à possibilidade de um congelamento mostram que vai haver algum tipo de prefixação dos reajustes de preços e salários, o que vem sendo defendido por Simonsen”.

Salo Seibel, um dos coordenadores do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais): “Não é possível analisar aspectos específicos do plano porque ela (Zélia) não disse, por exemplo, quando nem como pretende desindexar a economia. Mas, no aspecto global, há enormes possibilidades de sucesso porque Zélia se mostrou aberta à negociação

com os diversos agentes econômicos, empresários e trabalhadores. Acho que a resposta desses setores à abertura demonstrada pela futura ministra será positiva”.

Roberto Nicolau Jeha, diretor da Fiesp: “É uma virtude Zélia ter participado da equipe de Dilson Funaro. Acho indispensável e inadiável um entendimento nacional que envolva a classe política, as entidades da sociedade civil e as lideranças de empresários e trabalhadores. E o condutor desse processo político tem que ser o próprio presidente eleito”.

Leo Cochrane Jr., presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos): “A entrevista da futura ministra da Economia reiterou suas posições contrárias a qualquer medida compulsória no tratamento da dívida interna. Ela (Zélia) foi enfática ao afirmar que a colocação de títulos públicos pelo governo é um instrumento imprescindível, o que afasta qualquer possibilidade de calote ou alongamento compulsório dos prazos de resgate dos títulos. Prevejo um ajuste fiscal num primeiro instante, acompanhado de algum tipo de prefixação de preços e salários”.

Moreira Mariz-19 set. 86

Rubens Mano-25 mar. 88